

## **O CINEMA E O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA**

**Delton Aparecido Felipe**

**Teresa Kazuko Teruya**

Programa de Pós-Graduação em Educação  
Universidade Estadual de Maringá – Paraná –  
Brasil.

Os livros didáticos e a maioria das produções bibliográficas da história do Brasil subestimam a participação de africanos e afro-descendentes na formação cultural e construção material do Brasil. Este descuido tem o propósito de manter a sub-representação de uma parte da população brasileira, para reproduzir o processo de dominação e opressão. Essa situação começou a mudar, graças aos intensos debates travados pelo movimento da consciência negra para estabelecer uma política educacional de ações afirmativas que atenda esse segmento étnico, por meio da lei 10.636/2003 CNE. Diante disso, o nosso objetivo é contribuir com a formação de professores para atender a essa lei e inserir o conteúdo sobre a cultura afro-brasileira e africana, a partir da análise de filmes como fonte de pesquisa no ensino de história. Para tanto, apresentamos ao leitor uma metodologia de ensino para trabalhar com a linguagem cinematográfica na sala de aula e oferecer algumas sugestões de filmes.

### **Sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na lei 10.639/2003 CNE**

A história não é coisa do passado para ser memorizada e repetida, ela informa e revela quem

somos nós no presente e quais os papéis que devemos desempenhar na sociedade atual. A História do Brasil ensinada nas escolas brasileiras foi elaborada a partir da visão européia, portanto, ela é eurocêntrica, porque as outras matrizes de conhecimento e outras experiências históricas e culturais que compõem a formação do povo brasileiro não são contemplados.

Fernandes (2005) diz que a história ensinada na escola atual perde a cara da população e fica semelhante à visão dos dominadores, na qual produzem uma história parcial contendo elementos de discriminação e racismo. O mesmo problema ocorre com outras etnias, com relação às mulheres e às diversas regiões do país. É uma história presa ao machismo, ao regionalismo e ao modo de representar o país “brancocêntrico”, porque oculta as diversas vozes e culturas processadas aqui, portanto, esconde as verdades e contribuir para formar as mentalidades alienadas por vezes hostis a parcela da população brasileira.

A educação escolar nos ensina que somos resultantes da convivência cultural de três povos, porém apenas a visão européia é estudada desde a sua base histórica, anterior a 1500, e também dentro das representações históricas brasileiras posteriores a essa data. Cunha Junior (1998, p. 14) argumenta que são poucos os brasileiros afro-descendentes que se destacam na história nacional ou até mesmo na história internacional. Essa realidade mobilizou diversos movimentos sociais<sup>1</sup> que lutam por um Brasil mais justo e democrático. Para atender uma das reivindicações, o governo brasileiro decretou a Lei 10.639/2003 do Conselho Nacional de Educação (CNE), em 09 de Janeiro de 2003, que alterou as diretrizes e base da educação nacional fixadas pela Lei 9394/1996, ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica, com a finalidade de reconhecer e valorizar todas as suas matrizes culturais. O posicionamento daqueles que já conhecem este dispositivo legal é dividido, uns concordam e outros discordam. O argumento da discordância é que a lei não se traduz na prática uma mudança necessária.

Para Lopes (2003, p. 19), “a Lei 10.639/2003 do CNE vem reconhecer a existência do afro-brasileiro e seus ancestrais (os africanos), sua trajetória na vida brasileira e na condição de sujeitos que contribuíram para a construção da sociedade”. Agora é preciso inserir no currículo escolar e modificar os conteúdos hegemônicos de cunho eurocêntrico que estão contidas no sistema escolar, para obter um resultado desejável de respeito às diferentes culturas no processo de ensino e de

aprendizagem. Essa alteração, em seus aspectos explícitos e implícitos, precisa ser construída no cotidiano do fazer pedagógico no interior das escolas envolvendo alunos, professores, corpo diretivo, corpo administrativo e comunidade escolar em geral, para ter como suporte um currículo com base na abordagem da diversidade cultural.

Um dos aspectos positivos da Lei 10639/2003, de acordo com Fernandes (2005), é abrir o espaço para que o negro seja incluído nas propostas curriculares como sujeito histórico. Nesta perspectiva, há que se ter profissionais da educação, especialmente professores devidamente preparados, que sejam capacitados e habilitados a realizarem uma releitura do currículo à luz da História e da Cultura Afro-Brasileira, bem como elaborar propostas pedagógicas que tenha como fundamento, os conhecimentos filosóficos, antropológicos, sociológicos, históricos, religiosos, geográficos e culturais que abordem a questão do negro.

Hernandez (2005) alerta, porém, que muitos obstáculos são encontrados no ensino de História Africana e Afro-descendentes. Estes obstáculos estão relacionados ao imaginário do povo brasileiro que foi construído por uma visão desinformada e descontextualizada a respeito da África presente na mídia nacional. Costuma-se dizer que não sabemos nada sobre a África; se fosse assim, seria melhor. O problema é a imagem estereotipada dos negros difundida pelo branco europeu como exóticos, além das mensagens racistas e preconceituosas que impregnaram o imaginário social. Diante dessa realidade, entendemos que é urgente propor uma metodologia de ensino para abordar a cultura africana, com base em uma análise histórica dos elementos da história e cultura afro-descendente e africana.

Nesta perspectiva, Chagas (1997) também defende a inserção dos elementos que recupere a memória histórica Afro-Brasileira para revisar o papel que os negros desempenham em diferentes espaços e paisagens culturais, na formação étnico-social do povo brasileiro; o resgate e a valorização da cultura negra como um dos elementos formadores da nossa cultura, sem com isso desvalorizar as demais culturas, todas significativas para o Brasil; o resgate da humanidade do negro, que perdeu a identidade étnica, cultural e pessoal provocada pela escravização a que foi submetido e suas conseqüências para os descendentes Afro-Brasileiros; o combate ao mito da democracia racial que mascara a existência do cidadão de segunda categoria ou segunda classe, situação que foi

submetida a maioria da comunidade negra, com dificuldade de acesso, entre outros, aos benefícios da educação, da saúde e do trabalho.

Para definir a programação pedagógica antena com a lei 10.639/2003-CNE, o professor deve buscar repostas sobre os seus motivos e os seus objetivos, com a finalidade de utilizar os meios adequados para tratar dessa temática. Nesse sentido, a prática de ensino deve contemplar os questionamentos básicos, no intuito de se obter repostas que sirvam de subsídios para a construção de um currículo multirracial.

### **Questões para pensar a História e Cultura Afro-Descendente e Africana em sala de aula.**

Para trabalhar a História da África na sala de aula, como nos alerta Conceição (1999), temos que levar em consideração algumas questões: como pensar em uma escola que tenha base uma educação na perspectiva da pluralidade étnico-cultural? Como romper com o modelo pedagógico vigente? O que fazer para que a sociedade civil organizada, por meio de suas legítimas representações, inclua o afro-brasileiro? Estas questões são fundamentais para contemplar os brasileiros descendentes de africanos, a fim de construir uma nova educação escolar. Neste sentido, consideramos necessário efetivar algumas ações no processo educativo de sala de aula, tais como:

— Formar um novo perfil de professor e de aluno, de modo que, no exercício de relação e ajuda, se apropriem dos saberes sobre a História e a Cultura Afro-Brasileira para serem socializadas com as respectivas comunidades, a fim de romper com a pedagogia clássica que prioriza o modelo eurocêntrico.

— Promover a releitura da História Africana, desde o mundo africano existente no período pré-colonial, com seus reinados e impérios, sua cultura e os seus reflexos na vida dos Afro-Brasileiros e dos brasileiros em geral.

— Garantir a visibilidade ao Afro-Brasileiro com a finalidade de propiciar a cidadania e a igualdade racial, por meio de uma pedagogia multirracial e interétnica.

— Garantir que o Afro-Brasileiro, na construção de sua personalidade, encontre referências em outros negros, considerando que o negro que não se vê em outro tem

dificuldade em reconhecer-se e identificar-se em seu grupo étnico.

Cunha Junior (1998) diz que o racismo, o preconceito e a discriminação são os malefícios que existem tanto na escola quanto na sociedade em geral, muitas vezes mascarados e naturalizados e, outras tantas vezes, assumidos explicitamente nas atitudes, nos valores e nas normas vigentes, presentes em nosso cotidiano. São manifestações de um processo cruel de dominação, que mina a cultura dos grupos sociais considerados dominados, entre nós, os negros e indígenas.

Silva (2001) alerta que trabalhar a partir de valores eurocêntricos no sistema de escolar, leva as crianças e adolescentes Afro-Brasileiros a se sentirem inferiores e a serem considerados como tal, pelos demais. A convivência com a imagem estereotipada que causam danos psicológicos e morais, pode bloquear a personalidade étnica e cultural do Afro-descendente.

O brasileiro, de um modo geral, sabe pouco a respeito do Afro-descendente, e quando sabe, está repleta de idéias preconceituosas. Nosso conhecimento é sincrético. Começa com a entrada do negro no Brasil como escravo e mercadoria. A imagem do negro descalço, seminu e selvagem é mostrada na literatura escrita por brancos. Mas a história do africano livre, dono de sua própria vida, produtor de sua cultura, a época dos grandes reinos e impérios na África Pré-Colonial, é pouco conhecida. Está na hora de desmontar as inverdades e as omissões, para desnaturalizar os preconceitos e construir uma nação multirracial, justa e democrática.

### **Como trabalhar a História e Cultura Afro-Descendente e Africana na sala de aula**

É urgente e inquestionável a necessidade de capacitação do professor, para que se possa cumprir a lei 10.639/2003 do CNE. A aplicabilidade deste dispositivo legal está na relação direta com a proficiência do docente em tratar da temática estabelecida. De acordo com Fernandes (2005), um dos gargalos da educação brasileira consiste na qualificação do corpo docente, bem como na elaboração de um material didático que possa dar suporte técnico na formação inicial e continuada de professores no Ensino Fundamental e Médio.

Dessa forma, tratar a temática do negro no currículo escolar não depende do professor ser negro ou não, de saber ou não. A lei dá um caráter obrigatório para todo o magistério e tem a função

estratégica para a formação do cidadão brasileiro. Para atender a esta lei, precisamos socializar os conhecimentos e os saberes relativos à esta temática, entre os demais educadores e ampliar para toda comunidade escolar. Com isso, o “professor e a escola não serão mais acusados de serem mediador - mesmo que inconsciente - da formação de estereótipos que geram preconceitos que se constituem de um juízo prévio a uma ausência de um real conhecimento do outro” SILVA (2001, p. 73).

Não há como conhecer, de modo sistematizado, a História e a Cultura dos Afro-Brasileiros, sem mudar o currículo, entendendo-o, como elucida Silva (2001), nas suas dimensões de currículo oculto e currículo explícito, vivido no âmbito das instituições escolares e, muito particularmente, nas salas de aula. Qualquer que seja o modo como professor venha a se preparar, o acesso à informação é fundamental. E isso se processa por meio da leitura crítica, da discussão, da coleta e da organização de informações pertinentes. As leituras podem ser feitas em duas direções: uma, sobre o currículo oculto, no qual se materializam as atitudes preconceituosas e as manifestações de discriminação; outra, sobre o currículo explícito, no qual se encontra a programação de ensino, os conhecimentos, os fatos, os conceitos relativos ao tema abordado.

São estas estratégias de aprendizagem, não excludentes entre si, que deverão ser disponibilizadas, para que o professor torne factível o que dispõem a Lei 10639/2003. Neste sentido, pretendemos abordar uma dessas estratégias possíveis de se trabalhar a linguagem fílmica como uma fonte de pesquisa histórica, a fim de questionarmos as narrativas eurocentrista sobre as Culturas Afro-brasileiras, que compõem o discurso tanto da sociedade quanto da escola.

“Os livros didáticos e a televisão continuam mantendo o padrão discriminatório, ou evidenciando em gravuras e textos a raça negra em desempenhos desvalorizativos ou simplesmente omitindo a figura do negro. A mesma prática ocorre nos murais dos corredores das escolas e salas de aula. Conclui-se que alertando o dano que essa prática provoca contra o negro, especialmente a criança negra, em pleno momento de evolução estaremos contribuindo para devolver ao negro o que lhe foi constantemente negado – o direito a ser diferente”. (CHAGAS, 1997, p. 35).

Decorridos mais de uma década, presenciamos alguns avanços conquistados pelo movimento da

consciência negra, que insistiram na valorização da cultura africana. Nessa perspectiva, propomos uma metodologia de análise das imagens para serem utilizados na sala de aula em uma perspectiva crítica, no sentido de desconstruir as ideologias, os estereótipos e os preconceitos que desumanizam e desqualificam determinados grupos sociais. Nosso intuito é contribuir para o processo de reconstrução da identidade étnico-racial e auto-estima dos Afro-descendentes, como um passo fundamental para a aquisição do direito à cidadania. A desconstrução da ideologia abre a possibilidade do reconhecimento e aceitação de valores culturais próprios, bem como sua aceitação por indivíduos e grupos sociais pertencentes a outras raças e etnias. Isto pode viabilizar as trocas interculturais na escola e na sociedade.

Diante dessa realidade, é necessário buscar novas formas de se trabalhar com a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na sala de aula, como prevê a Lei 10.639/2003. Para analisar uma das dessas possibilidades, tomaremos a linguagem cinematográfica como uma ferramenta pedagógica para se trabalhar os elementos-chaves da cultura africana na formação da cultura brasileira, sem necessariamente contrapor-se à cultura européia.

Ao trabalhar um filme como fonte na sala de aula, Fabris (2002, p. 129) alerta que é preciso prestar atenção nas “verdades” que a indústria do cinema vem produzindo e como ela está a serviço de um jogo comercial elaborado nos grandes estúdios. Este jogo está intimamente relacionado com a política neoliberal, a qual imprime às nossas ações uma forma peculiar de habitar o mundo. Trata-se de uma política que continua a excluir grande parcela da população de ocuparem espaços na vida social. Por isso, ao utilizar um filme como ferramentas pedagógicas para a construção de uma sociedade multirracial por meio da escola, os professores devem tomar alguns cuidados.

Teruya (2006, p. 13) argumenta que “o professor deve encontrar o sentido educativo na utilização dos recursos audiovisuais”, especialmente os filmes, “para que os alunos aprendam a selecionar e a ler criticamente a linguagem das diversas mídias”, pois se utilizamos a fonte fílmica sem a perspectiva crítica, contribuímos para reforçar os preconceitos e os estereótipos forjados pela cultura dominante.

### **Um caminho possível.**

A utilização do filme como uma fonte de pesquisa é uma das possibilidades de se trabalhar a

História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na sala de aula. O cinema permite ampliar a nossa reflexão, desde que sejam investigadas outras fontes que vão além do currículo oficial. A educação escolar, com base em um currículo que contempla a diversidade cultural, permite uma reflexão social para subsidiar a formação dos educadores no cumprimento de uma das exigências do ofício e da prática docente atual, que é a realização de uma análise das imagens que representam o mundo contemporâneo.

De acordo com Noma (2000), analisar o filme como uma fonte da qual o educador pode se valer para compreender a história, implica em refletir sobre o processo em curso. As imagens tornaram-se essenciais no estudo da história e na reflexão social pelo poder que elas ganharam no decorrer do século XX, de formar ou deformar opiniões, de padronizar posições ideológicas e de construir ou desconstruir estereótipos. É preciso enfatizar que se pretende utilizar o filme como fonte de estudo ou como ferramenta pedagógica para construir uma sociedade multirracial e que se tenha como base a diversidade cultural. É preciso trabalhar em uma perspectiva crítica, para levar em consideração o registro humano que precisa ser decodificado e interpretado, muitas vezes, desconstruídos. O filme traz um discurso, uma representação do real que geralmente estão eivados de ideologias.

Os Estudos Culturais, segundo Fabris (2002), oferecem os fundamentos para questionar e desconstruir as narrativas que perpetuaram durante séculos na sociedade e, conseqüentemente, nos conteúdos escolares. Permite-nos questionar o discurso hierarquizador que privilegia a cultura eurocentrista em detrimento de outras culturas formadoras da nação brasileira. Neste sentido, os Estudos Culturais tratam a cultura como um campo de produção de significados, em que os diferentes grupos sociais situados em posições diferenciadas de poder, lutam para preservar suas idéias e combater a padronização da identidade como se a cultura hegemônica fosse a única em toda a sociedade.

Nessa perspectiva, temos uma contribuição teórica para analisar o filme como fonte de pesquisa e tratar das distorções históricas com maior propriedade para combater as ações que compactuam com a discriminação e o preconceito racial em relação à cultura Afro-descendente no contexto social escolar. É preciso desconstruir essas distorções, combater uma série de mitos, tabus e

inverdades sustentadas pelo “brancocentrismo” brasileiro, a fim de construir uma sociedade, na qual a população Afro-descendente não seja penalizada pelos efeitos danosos do preconceito racial.

Contudo, não queremos dizer que a utilização do filme como fonte poderemos abordar toda História Afro-Brasileira e Africana, apenas queremos propor uma ferramenta pedagógica para trabalhar temas polêmicos e defender a valorização da cultura africana como uma das formadoras da cultura brasileira. Evidentemente, estamos de acordo com Noma (2000, p. 138), ao afirmar que o “filme revela as várias dimensões da consciência coletiva como um produto social da experiência de viver em uma determinada sociedade”. Assim, ao utilizar um conteúdo abordado no filme, como material didático na perspectiva dos Estudos Culturais, temos um amplo campo de estudo para analisar a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a fim de diversificar e romper com os cânones eurocentristas. Lembramos que todos os filmes, mesmo os que tratam de um determinado conteúdo histórico, são ficções que carregam em si uma ideologia, uma interpretação do diretor, do cineasta e da própria indústria do cinema que visa o lucro em todas as suas produções. Em seguida, sugerimos três filmes que podem ser trabalhados na sala de aula com intuito de visualizar alguns aspectos da segregação racial do povo sul-africano e explorar o potencial pedagógico da linguagem cinematográfica no ensino de história na educação básica..

### **Um grito de liberdade**

O filme “Um Grito de Liberdade”, cujo título no original é *Cry Freedom*, lançado em 1987, nos Estados Unidos, sob a direção Richard Attenborough, retrata a vida de Steve Biko (Denzel Washington) e sua amizade com o jornalista Donald Woods (Kevin Kline). Baseado em fatos verídicos, a trama revela os danos que o ódio racial trouxe para a humanidade durante o período da *apartheid* (1912-1990) na África do Sul. Trata-se de um período em que a minoria branca (descendentes de holandeses e ingleses) residente naquele país impõe seu poder legitimado pela Constituição aos inúmeros grupos sociais composta pela população negra, nativa daquele país. A lei Constitucional que oficializou a segregação racial entre brancos e negros ficou conhecida como *apartheid*.

A primeira cena do filme mostra uma favela africana, onde os soldados brancos tratam os negros com hostilidade e violência. Os negros são

classificados a partir de suas tribos usando termos como Bantu fêmea ou Bantu Macho, o termo bantu significa o nome de uma tribo africana.

Donald J. Woods, editor chefe de um jornal sul-africano, é abordado pela médica Ramphele que diz a ele que apesar de se considerar libertário está equivocado em suas posições contra o movimento de “consciência negra”. Por isso, a médica convida Woods para conhecer o líder do movimento Steve Biko, a fim de conhecer melhor o movimento para depois se posicionar.

O Jornalista vai conversar com o ativista Steve Biko e o encontra no regime de reclusão, no qual pode conversar com apenas uma pessoa de cada vez, sendo vigiado por policiais à paisana. Ambos driblam a vigilância e o profissional da notícia é apresentado a um lado muito mais sombrio do país, oposto a sua vida de classe média alta, morando em uma casa com piscina e empregada doméstica. Os dois seguem para o gueto onde a fome e os crimes contracenam com a alegria dos bares e músicas típica da população negra sul africana.

Steve Biko é líder político bem humorado que luta por um país onde os diversos grupos sociais independente de sua cor, sejam respeitados e tenham os mesmos direitos constitucionais. Biko mostra ao Woods a forma de destruição da cultura daquele povo nativo, para impor a superioridade de uma classe social composta por brancos e mantém um regime com base na discriminação racial.

O líder político Biko é preso no caminho quando se dirigia ao bairro de Soweto para conversar com os estudantes, na tentativa de alterar os encaminhamentos de uma manifestação contra a *apartheid*, mas Biko é levado para a prisão e espancado até a morte.

Com a morte de Biko, Donald Woods tira fotos para provar as reais causas da morte. O jornalista foi banido e em seguida, consegue fugir para levar seu livro sobre Biko e publicar nos Estados Unidos.

### **O Poder de um Jovem.**

O Filme *O Poder de um Jovem*, cujo título no original *The Power of one*, lançado em 1992, nos Estados Unidos, sob a direção de John G. Avildsen, narra a história do pequeno P.K, garoto branco sul-africano, interpretado por Stephen Dorff, descendente de inglês que sofre com o ódio de outros brancos: os *afrikaners*, descendentes de holandeses, franceses e alemães que residem na África do Sul. P.K. vive no contexto da *apartheid*, período em que o racismo vigorou com violência no

território sul africano. Apesar de todos os preconceitos e obstáculos, o menino cresce e é treinado pelo Geel Piet, interpretado por Morgan Freeman, tornando-se um campeão de boxe. Ao defender os direitos dos negros, o rapaz faz da sua história um exemplo de vida e de coragem.

Dentre as várias temáticas possíveis de se trabalhar nesse filme, focalizamos nos diálogos entre os personagens Geel Piet e P.K., em que nos permite conhecer o sentimento íntimo e o desejo do povo africano de sonhar com África em que sejam todos sejam valorizados igualmente. No decorrer da trama, os africanos retratados no filme precisam acreditar no mito e lutar para que esse mito se concretize, o mito do “fazedor de chuvas”.

PK em uma de suas conversas com Geel Piet pergunta:

PK: Por que estão sempre cantando para mim?

Geel Piet: Todas as tribos acreditam que quando há seca é porque o povo está em conflito. O Fazedor de Chuvas acalma as coisas: a terra, o céu, o povo. Ele detém o conflito. Ele traz a chuva. Ele traz a paz.

PK: Tudo bem. Mas o que isto tem a ver comigo?

Geel Piet: Bem, Kleine Baas, você é como Inyanga ye Zulu. Você acalma as coisas, rapaz. Você escreve as cartas para todas as tribos. Você traz o tabaco para todas as tribos. Claro que eles pensam que talvez você seja aquele do mito. Eles cantam para homenagear você.

PK: Você tem algo a ver com isso?

Geel Piet: Conteí a algumas pessoas como você trata todas as tribos, igualmente. Como você não mostra favoritismo por uma tribo. Como você acalma as coisas. Algo assim.

PK: Por quê?

Geel Piet: Bem, pequeno Baas, esperança não faz mal a ninguém.

PK: Sim, mas é esperança falsa.

Geel Piet: Melhor que esperança nenhuma.

Além de retratar o racismo e a opressão que a elite exerce sobre os fracos e oprimidos na África do Sul, no período do apartheid, narra uma grande amizade entre duas pessoas. Essa relação de amizade pode contribuir para superar barreiras das dificuldades impostas pela opressão e fortalecer o espírito de luta para reagir contra a repressão e dominação.

Se em um primeiro plano da trama, o racismo é um argumento de peso, o filme mostra o poder da amizade e da união para lutar contra um sistema que oprime e destrói sonhos. A união desse povo pode

se dar mesmo que os seus integrantes sejam de universos culturais diferentes.

### **Sarafina – o som da liberdade.**

A narrativa do filme “Sarafina – o som da liberdade” cujo título original é “Sarafina”, lançado em 1993 nos Estados Unidos, sob a direção de Darrel Roodt com a duração de 98 minutos foi contextualizada na África do Sul no período em que havia um regime de forte apartheid étnico-racial. A minoria branca de origem inglesa e holandesa residente naquele país detinha o poder e instituiu leis na Constituição do povo sul-africano que determinava a segregação racial entre a população branca e a negra. Os nativos sul-africanos, compostos de inúmeros grupos sociais que constitui a maioria da população negra foram obrigados a aceitar leis de uma política discriminatória, por exemplo:

- O mercado de trabalho destinava aos negros apenas os trabalhos manuais.
- A política de terra forçava 87% da população negra a viver em 13% da terra.
- Havia remoções forçadas, com a demolição de residências e os materiais jogados em uma pilha no local remoto.
- Os sistemas para a mão-de-obra migrante que forçavam os homens negros a trabalharem nas minas, mas exigiam a permanência de suas famílias nos bantustões (local onde a famílias negras viviam).
- As leis tornavam as relações inter-raciais uma ofensa criminal.
- O sistema educacional banto estabelecia que os negros fossem educados somente para ocupar sua "posição na vida", ou seja, posição de subalterno.

Cada uma dessas políticas assegurava que os privilégios fossem concedidos de acordo com a cor da pele.

Diante dessa realidade que a jovem Sarafina (Leleti Khumalo), a protagonista do filme, empreenderá uma luta contra a exclusão social e discriminação racial. Mas quem é Sarafina? Ela vive em Soweto, um dos inúmeros guetos onde reside à população negra da África do Sul. Ela sonha com uma África livre das injustiças sociais e da opressão imposta pelos brancos à população negra. Em busca desse sonho de liberdade, Sarafina tem como ídolo, o líder político Nelson Mandela. Sua história de luta em defesa de uma África do Sul

justa e democrática, onde ninguém fosse discriminado por causa da cor da pele, Mandela torna-se para Sarafina e para mundo um símbolo contra o racismo e a opressão.

No filme, Mandela não é a única fonte de inspiração para Sarafina em sua luta contra a apartheid. Ela também vê em sua professora Mary Masembuko (Whoopi Goldberg) um exemplo a ser seguindo, pois Masembuko é uma mulher resistente e indignada com seus colegas professores que privilegiam um ensino apoiado na apartheid e comprometido com a história do grupo que está no controle. Ela começa a destacar em suas aulas a história da realidade social de seus alunos. Esta professora tem a coragem de expressar sua indignação diante dos jovens alunos, ansiosos por conhecer a si mesmo e ao seu país, visualizar uma história diferente da história oficial. Uma história que tem como foco principal o povo sul africano, a fim de desnaturalizar aquela história sul-africana que tem os brancos como superiores e os negros como inferiores.

A professora Masembuko, junto com seus alunos, usa a música para manifestar protesto contra a dominação e a humilhação, como um instrumento de luta, em busca de uma educação que valorize os diversos grupos sociais, para romper com o racismo e o segregacionismo social. Eles tentam organizar um show para homenagear Mandela, um espetáculo que representa a valorização da história sul-africana, tendo negros e brancos como atores dessa história.

As imagens de *Sarafina* permitem refletir sobre um povo que foi historicamente expropriada e que luta por uma sociedade justa e democrática, por um mundo de respeito entre os diversos grupos sociais independente de cor, sexo e religião. Podemos destacar a relevância deste filme que contempla temas como a necessidade da inclusão de todos os segmentos da sociedade. Uma sociedade multicultural como a nossa, só pode ser construída com base no respeito à diversidade cultural, por meio de ações educativas e de combate ao racismo e a discriminação social.

A escolha dos filmes: *Sarafina- o som da liberdade*, *Um grito de liberdade* e *O Poder de um Jovem*, justifica-se por atender os parâmetros da nova lógica do ensino de história na educação escolar e verificar a possibilidade dos recursos midiáticos na sala de aula. Mas o que esses filmes têm a ver com a realidade da educação brasileira? Eles contribuem para ampliar a nossa análise e mostrar como a África tornou-se um continente onde os brancos dominaram para enfatizar a

inferioridade negra e submetê-los à opressão, como uma forma de exploração do trabalho humano.

Concordamos com Kellner (2001, p.09), que a cultura é veiculada pela mídia. Suas imagens, sons e espetáculos ajudam a forjar o tecido da vida cotidiana, porque domina o tempo de lazer, forma opinião política, modela comportamento social e fornece material que contribui para formar uma identidade cultural. Tudo isso, interfere na prática pedagógica.

Os filmes escolhidos retratam a história da população negra sul-africana no período da apartheid. São imagens que nos permitem compreender a lógica da dominação pela segregação racial por meio das ações repressivas fundadas nos discursos dos grupos dominantes. Dessa forma, ressaltamos a relevância do reconhecimento da história e cultura africana e afro-descendente na educação básica e da mobilização de ações de reparação dos danos causados.

## Conclusão

As distorções históricas que alimentam práticas inferiorizantes da cultura Afro-descendentes estão manifestadas no meio social e no ambiente escolar. No cerne dessas distorções, existe uma série de mitos e inverdades sobre os afro-descendentes que foram construídos no decorrer da história brasileira. Esses mitos e inverdades afetam a pretensão de se construir uma sociedade verdadeiramente democrática e, de modo particular, penaliza população Afro-descendente.

As práticas preconceituosas e discriminatórias estão relacionadas ao pensamento trazido pelo europeu que dominou a economia e a política brasileira até o século XIX. Desde o início do processo de escravidão, disseminou a idéia de inferioridade da raça negra, portanto, poderia impor o trabalho compulsório aos negros que eram vendidos como mercadoria. Após a Proclamação da República (1889), o trabalho escravo foi descartado e os negros foram abandonados à própria sorte. Assim, as imagens negativas sobre africanos e afro-descendentes foram introjetadas e alimentadas também no pensamento escolar, e ainda hoje, continuam a ser veiculadas na sociedade e causam danos em seus referenciais identitários e as possibilidades de construção e exercício da cidadania.

O caminho para a construção de uma outra perspectiva, da pluralidade étnico-racial na pratica

educativa, que contemple todas as etnias que compõem a sociedade brasileira, passa obrigatoriamente pela re-significação das concepções sobre a África e o afro-descendente no pensamento escolar. Para isso, é necessário viabilizar materiais pedagógicos que possibilite a desconstrução dos inúmeros preconceitos que ainda existem na sociedade em relação aos descendentes de africanos no Brasil.

## REFERÊNCIAS

BIKO, Stive. **Escrevo o que eu quero**. Tradução Grupo solidário São Domingos. Ática, São Paulo, 1990.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996a. p. 27894.

CHAGAS, Conceição Corrêa das. **Negro uma identidade em construção: dificuldades e possibilidades**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CONCEIÇÃO, Maria Telvira. Rompendo com o silêncio o negro na escola. In: LIMA, Ivan Costa. **Os negros e a escola brasileira**. Florianópolis – SC: NEN, 1999. (Pensamento negro em educação n,6)

CUNHA JUNIOR, Henrique. A história africana e os elementos básicos para seu ensino. IN: LIMA, Ivan Costa (org). **Negros e currículo**. Florianópolis –SC: NEN, 1998. (Pensamento negro em educação, n2)

FABRIS, Elí T. Henn. Cinema e educação. IN: OLIVEIRA, Inês Barbosa; SGARB, Paulo (orgs.). **Redes culturais, diversidade e educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidade. **Caderno Cedes**, Campinas-SP, vol. 25, n 67, p. 378-388, set/dez, 2005.

HERNANDEZ, Leila leite. **África na sala de aula – Visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2005.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política. entre o moderno e o pós-moderno**: Bauru, SP, EDUSC, 2001.

LOPES, Véra Neusa. Inclusão étnico-racial: cumprindo a lei, praticas pedagógicas contemplam afro-brasileiros. IN: **Revista do Professor**, Porto Alegre- RS, vol 19,n75, p.25-30, jul/set, 2003.

NOMA, Amélia Kimiko. O cinema como fonte do ensino e da pesquisa em educação. IN: **Anais do Seminário de Pesquisa PPE/2000**.

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a Discriminação do Negro no Livro Didático –** Salvador, BA, EDUFBA, 2001.

TERUYA, Teresa Kazuko. **Trabalho e educação na Era Midiática: um estudo sobre o mundo do trabalho na era da mídia e seus reflexos na educação**. Maringá – Pr: Eduem, 2006.

## Filmografia:

**O poder de um jovem** (The power of one). Diretor John G Avildsen. Distribuído por Warner Home Vídeo, E.U.A, 1992.

**Sarafina!** (Sarafina!, África do Sul, 1992) Direção: Darrell James Roodt. Elenc o: Leleti Khumalo, Whoopi Goldberg, Miriam Makeba. 98 min.

**Um grito de liberdade** (Cry Friedon). Diretor Richard Attenborough. Distribuído por Universal Home Vídeo, E.U.A , 1987.

---

<sup>i</sup> Por exemplo: os movimentos sociais de diversas “minorias” como o movimento da consciência negra, o movimento feminista, o grupo dos GLS, o movimento pela a valorização da cultura indígena.

Referência deste artigo:

FELIPE, D. A., TERUYA, T. K. **O cinema e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Revista O Professor, Lisboa, n. 97, III Série, jan./abril, 2008, pp. 89-96.